

3. PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO

O Plano Ambiental para Construção (PAC) da UHE Belo Monte tem como objetivo maior prevenir e controlar os impactos diretos, que podem ser originados pela execução das obras de infraestrutura de apoio à construção, nos diferentes sítios construtivos, bem como daquelas consideradas como principais componentes do arranjo geral do empreendimento.

Assim, o PAC fornece critérios e procedimentos ambientais incluídos no contrato geral da Norte Energia com o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), responsável pela implantação das obras supracitadas e, por conseguinte, empresa executora do Plano em tela.

Nesse contexto, é fundamental que, para um adequado desempenho ambiental do PAC, se faça constante a interação entre a Norte Energia e o CCBM, em especial nas frentes de obras. Tal interação vem sendo feita por meio de dois instrumentos de comunicação interna, ambos com periodicidade semanal: i) as reuniões da Comissão de Acompanhamento do PAC, onde participam as empresas gestora (Ferreira Rocha) e coordenadora (BIOCEV), CCBM e Norte Energia e; ii) as Reuniões de Produção da engenharia, específicas para cada Sítio construtivo. Nessas últimas participam, além dos técnicos de meio ambiente e de engenharia, ligados às respectivas empresas citadas, também representantes da equipe da Engenharia do Proprietário da UHE Belo Monte (EPBM).

Nas reuniões de produção, acima referenciadas, tem-se conhecimento atualizado e antecipado da dinâmica prevista para as obras, com destaque para alterações em seu planejamento. Assim, é com base nos resultados dessas reuniões que se pode (i) programar as inspeções rotineiras de campo, priorizando Sítios que venham a se mostrar mais críticos, em determinado período, em função dos tipos de intervenções a serem de prontas aí realizadas, bem como de sua celeridade; e (ii) verificar, junto ao CCBM, atuações preventivas que estejam sendo antevistas para fazer frente a potenciais impactos associados a aspectos ambientais dessas intervenções, assim como intervir, em caráter preventivo, no sentido de aprimorar tais ações.

Remete-se aqui, ainda, à relevância de tais reuniões para subsidiar o planejamento executivo e operacional de ações outras de prevenção, mitigação e monitoramento de impactos ambientais que não aquelas afetas apenas ao PAC.

No que tange aos eventos semanais formais de acompanhamento do PAC, mantidos entre empreendedor, empresa coordenadora e CCBM, estes tem se revelado como um complemento importante para que se venha atingindo uma melhoria nos índices de desempenho do Programa de Controle Ambiental Intrínseco e do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), integrantes do Plano aqui em foco. A partir do mês de outubro de 2013, com o início das atividades da nova empresa coordenadora do PAC (BIOCEV), os demais Programas do PAC também passaram a ser foco de discussões e tomadas de decisões nessas reuniões semanais.

Em especial para os dois Programas citados acima, em função de seu cunho explícito de acompanhamento das frentes de obra, a aplicação do procedimento de tratamento e registro de não conformidades, tem se mostrado uma estratégia de gestão e coordenação de campo de grande relevância. E é no âmbito dessas reuniões semanais de acompanhamento do PAC que o registro de tais não conformidades é abordado, junto aos níveis de gerência e coordenação ambiental setorializadas do CCBM. Também são registrados os avanços e, em especial, os retardos que tenham sido observados, na implementação das medidas adequadas para saná-las, sempre indicadas no Plano de Ação associado a cada não conformidade.

Nesse contexto, e como abordado em maiores detalhes, neste Capítulo 3, no bojo do Programa de Controle Ambiental Intrínseco, no segundo semestre de 2013, verificou-se o incremento de estruturas de apoio, vinculadas a gestão ambiental, que passaram a funcionar de forma definitiva, tais como ETEs, Caixas SAO, Plants de Combustíveis. Especificamente, no período deste 5º Relatório Consolidado (RC) foram verificadas melhorias quanto as estruturas para atendimento às questões de saneamento industrial e doméstico. Neste semestre apenas dois laudos gerados nas campanhas de amostragens dos efluentes domésticos, apresentaram valores fora das condições e padrões de lançamento estabelecidos na Resolução CONAMA nº 430/2011, um em cada Sítio (Belo Monte e Canais e Diques), demonstrando eficiência de 93,1% de resultados satisfatórios.

Em relação aos sistemas de tratamento de efluentes industriais dos canteiros, uma análise integrada dos resultados constatou que, do total de 120 laudos gerados nas campanhas de amostragens dos efluentes industriais, 14 (quatorze) tiveram resultados de análise com valores fora dos padrões de lançamento estabelecidos na Resolução CONAMA nº 430/2011. Esta situação pode refletir o aumento significativo do número de máquinas e equipamentos envolvidos na obra no 2º semestre de 2013, assim como o aumento no volume de concreto fabricado para as estruturas definitivas da obra. Atividades essas que são as mais importantes no quesito de geração de efluentes industriais em obras de hidrelétrica de grande porte. Medidas corretivas estão em instalação, tais como maior controle do pH e de contenção de sedimentos, relacionados aos efluentes das oficinas de manutenção e das centrais de concreto.

Quanto ao abastecimento de água tratada nos canteiros, no segundo semestre de 2013, todas as frentes de obra e canteiros contou água tratada pelas ETAs da UHE Belo Monte. Este fato resultou em uma melhoria sensível na oferta de água potável. No período de abrangência deste relatório foram realizadas várias campanhas de amostragem das águas provenientes das ETAs distribuídas nos canteiros construtivos, resultando em 213 (duzentos e treze) laudos analíticos, sendo que, deste total, apenas dois laudos apresentaram valores insatisfatório de acordo com o que preconiza a Portaria 2914/2011 MS. Análises de água em bebedouros de campo demonstraram índice maior de resultados insatisfatórios, fato que levou a promoção de melhorias na higienização dos bebedouros, por meio de treinamento para requalificar a mão de obra que faz estas higienizações e pelo apontamento das datas das mesmas nas fichas de limpeza fixadas aos bebedouros.

O conjunto de avanços que vem sendo registrado indica um incremento do processo de gestão e de coordenação do PAC, derivado da efetividade de instrumentos de gestão tais como, as reuniões de acompanhamento do Plano, antes aqui referenciadas, as inspeções rotineiras de campo, a aplicação do PS de registro e tratamento de não conformidades e das auditorias ambientais internas.

Ainda, relacionada ao gerenciamento de efluentes, é importante observar a manutenção do Comitê de Recursos Hídricos, criado no 2º semestre de 2012, contando com as equipes responsáveis pelo PAC (coordenação, execução e NE) e pela coordenação e implementação do Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial, integrante do Plano de Gestão dos Recursos Hídricos do PBA de Belo Monte. Atualmente as reuniões apresentam periodicidade quinzenal e objetivam não só a discussão e o consenso de aspectos internos aos canteiros que possam ser geradores de eventuais impactos ambientais, detectados na qualidade das águas no entorno dos elementos de infraestrutura construtiva, mas também na proposição conjunta de medidas preventivas e mitigadoras, adequação de estações de monitoramento internas e externas aos canteiros e compatibilização de informes consolidados produzidos no âmbito dos respectivos Programa e Projeto mencionados.

Ainda no tocante à interação entre Programas e Projetos componentes do PAC, bem como destes com outros Planos, aquele componente do PAC que concentra o maior fluxo dessas interfaces é o Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores (PEAT). Nesse sentido, no período de abrangência deste 5º Relatório Consolidado (RC), foi dada continuidade às atividades de interface entre Componentes I e II do Programa de Educação Ambiental Belo Monte (PEABM). Em Novembro de 2013, o PEABM participou da reunião da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Socioeconômicos e Culturais do Fórum de Acompanhamento Social, que teve como objetivo apresentar os resultados das atividades realizadas pelos Componente I e II (PEA e PEAT).

No tocante ao Programa de Capacitação da Mão de Obra (PCMO), obteve-se no segundo semestre de 2013, um total de 1.670 vagas no Programa CAPACITAR do CCBM. Destas, 90% foram preenchidas (1.509 vagas) e 1.434 alunos concluíram seus cursos com êxito, correspondendo a 95% de aproveitamento. Com base no saldo de 317 vagas para contratação informado pelo setor de RH do CCBM, foram encaminhados para recrutamento 305 alunos formados pelo Programa CAPACITAR, aproveitando-se mais de 96% das vagas.

Para o Programa de Desmobilização de Mão de Obra (PDMO) ocorreu, no período do 5º RC a elaboração do Plano Conceitual de Desmobilização de Mão de Obra e o envolvimento dos gestores dos diversos Programas e Projetos que tem interface com o Programa em foco, principalmente com o PCMO e com os Programas do meio socioeconômico, referenciados no PBA da UHE Belo Monte, visando a implantação efetiva do PDMO a partir do primeiro semestre de 2014.

Com relação ao Projeto de segurança e Alerta, foram instalados dispositivos de monitoramento de velocidade nos veículos do CCBM, denominado CarSystem. Este dispositivo possibilita que o CCBM controle de forma eletrônica a velocidade de seus

veículos, as rotas que os mesmos percorrem e as pessoas autorizadas a dirigir, reduzindo assim o risco de acidentes de trânsito nas vias.

Por fim, cabe mencionar a estreita interação entre o Programa de Controle Ambiental Intrínseco e o PRAD. Ainda que, para fins de reporte, tenha sido adotada a estratégia de se contemplar as ações de controle ambiental aplicadas aos acessos e canteiros no bojo do Programa de Controle Ambiental Intrínseco, estas, na realidade, incluem medidas nitidamente afetas à recuperação de áreas degradadas e, por conseguinte, integrantes do PRAD (prevenção de instalação e acirramento de processos erosivos e instabilizações por meio de dispositivos de drenagem superficial, proteção de taludes por meio de cobertura vegetal).

A importância dessa interação poderá ser evidenciada nas informações apresentadas nos itens 3.1 e 3.2, a seguir, sobretudo nas ações realizadas neste 2º semestre de 2013 para reafeiçoamento e construção dos sistemas de drenagem de águas pluviais das áreas de bota-fora que serão revegetadas no período de chuvas. Para o próximo período (1º semestre de 2014) serão intensificadas ações de monitoramento para verificar a efetividade dessas ações.